

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE GESTÃO E ECONOMIA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

FERNANDO ROSA PEREIRA JUNIOR

**O TERCEIRO SETOR E SUA CONTRIBUIÇÃO NO DESENVOLVIMENTO
SOCIAL NO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - SC**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

CURITIBA - PR

2020

FERNANDO ROSA PEREIRA JUNIOR

**O TERCEIRO SETOR E SUA CONTRIBUIÇÃO NO DESENVOLVIMENTO
SOCIAL NO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - SC**

Monografia de Especialização apresentada ao Departamento Acadêmico de Pesquisa e Pós graduação, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná como requisito parcial para obtenção do título de “Especialista em Gestão Pública Municipal” -

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Lobato Torres

CURITIBA - PR

2020

TERMO DE APROVAÇÃO



Ministério da Educação
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Gestão Pública Municipal



O TERCEIRO SETOR E SUA CONTRIBUIÇÃO NO DESENVOLVIMENTO SOCIAL NO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - SC

por

FERNANDO ROSA PEREIRA JUNIOR

Esta monografia foi apresentada às 19:00 do 13 de outubro de 2020 como requisito parcial para a obtenção do título de **Especialista no Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal** – Polo de Lapa - PR, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Campus Curitiba. O candidato foi arguido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho **APROVADO**

Thiago Cavalcante Nascimento

RICARDO LOBATO TORRES

Rogério Alon Duenhas

a autenticidade deste documento pode ser verificada através da URL:
<http://certificados.utfpr.edu.br/validar/169F432E>

RESUMO

PEREIRA JUNIOR, Fernando Rosa. O terceiro setor e sua contribuição no desenvolvimento econômico e social no município de São Bento do Sul – SC. 2020. Monografia (Especialização em Gestão Pública Municipal) – Programa de Pós-Graduação, Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná, Lapa, 2020.

A presente pesquisa tem como objetivo demonstrar como as organizações sem fins lucrativos e instituições sociais, também denominado terceiro setor podem influenciar a economia local e o desenvolvimento regional sustentável no município de São Bento do Sul -SC. Com a implantação da Constituição de 1988, leis e normas foram estabelecidas para que organizações da sociedade civil, ou empresas sem fins lucrativos, ou terceiro setor estabelecessem uma nova relação que deveria contribuir para a melhoria de qualidade de vida e desenvolvimento humano sustentável. Do período de 1991 até 2010 os índices de desenvolvimento humano demonstraram uma elevação na cidade de São Bento do Sul – SC, concomitantemente observou-se com esses dados e índices o aumento do número de organizações sociais no município, o número de aumento de emprego, aumento da renda e o aumento dos recursos disponibilizados, o que sugere uma melhoria nos índices de desenvolvimento humano e diminuição da pobreza. Devido ao fato de os estabelecimentos estarem fechados durante a pandemia os recursos utilizados foram dados e informações disponíveis nos sites de institutos de pesquisa. Mas a pesquisa demonstra que mesmo indicadores demonstrando uma melhora nos índices de desenvolvimento, se não forem analisados outros dados em conjunto, o Estado realizará políticas públicas de forma ineficaz, aumentando o desperdício de recursos e não contribuindo para o desenvolvimento local.

Palavras-chave: Organizações sociais, terceiro setor, desenvolvimento, sustentável.

ABSTRACT

This research aims to demonstrate how non-profit associations and social institutions, also called the third sector, can lead the local economy and sustainable regional development in the municipality of São Bento do Sul -SC. With the implementation of the 1988 Constitution, laws and regulations were defined so that civil society associations, or non-profit companies, or the third sector could establish a new relationship that should contribute to improving the quality of life and sustainable human development. From 1991 to 2010, human development indices showed an increase in the city of São Bento do Sul - SC, concomitantly observing these data and indices, the increase in the number of social associations in the municipality, the number of job increases, increase income and the increase in resources made available, which needs an improvement in human development and poverty reduction indices. Judging from the fact that the elements were closed during the pandemic, the resources used were data and information available on the websites of research institutes. But research shows that even indicators showing an improvement in development rates, if there is no other data together, the State will carry out public policies ineffectively, increasing the waste of resources and not contributing to local development.

Keywords: Social organizations, third sector, development, sustainable.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Organizações da Sociedade Civil.....	20
Gráfico 02 – Recursos Destinados às OSCs.....	21
Gráfico 03 – Distribuição dos tipos de OSCs em São Bento do Sul – SC.....	22
Gráfico 04 – Vínculos empregatícios nas OSCs em São Bento do Sul – SC.....	22
Gráfico 05 – Vínculos dos trabalhos formais em São Bento do Sul – SC.....	23
Gráfico 06 – Média Salário Mínimo em São Bento do Sul – SC.....	24
Gráfico 07 – Salários e outras remunerações em São Bento do Sul – SC.....	25
Gráfico 08 – Comparativo coeficiente GINI.....	25

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	7
1.1	TEMA	8
1.2	PROBLEMA	8
1.3	JUSTIFICATIVA	9
1.4	OBJETIVOS	9
1.5	ESTRUTURA DO TRABALHO.....	10
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	11
2.1	FORMAÇÃO DO TERCEIRO SETOR.....	11
3	METODOLOGIA	19
4	APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	21
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	31

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa aborda o papel do terceiro setor na economia local, mais especificamente no município de São Bento do Sul no estado de Santa Catarina, visando a justificativa de que o setor tem papel relevante no desenvolvimento local, onde as organizações da sociedade civil configuram uma alternativa para o Estado e setor privado se comprometerem a contribuir para a solução e promoção do desenvolvimento social.

O problema a ser respondido com a pesquisa é se essas organizações da sociedade civil ou o terceiro setor, que estão utilizando os recursos públicos e privados, está contribuindo para o desenvolvimento local e se essas contribuições e interações conseqüentemente influenciam nos indicadores sociais para melhora ou diminuição das diferenças econômicas e sociais.

O desenvolvimento do terceiro setor tem levado o Estado a utilizar organizações sociais para elevar e até substituir o seu papel de promover o desenvolvimento social e econômico e a diminuição da desigualdade das classes na sociedade, por isso a necessidade de uma pesquisa sobre o terceiro setor, comprovando se os recursos atribuídos a este setor, estão realmente contribuindo para o aumento das desigualdade de classes e desenvolvimento social, tanto do Estado quanto da iniciativa privada estão realmente sendo utilizados de forma correta.

Apesar dos índices de desenvolvimento humano demonstrarem uma elevação da qualidade de vida da sociedade de São Bento do Sul, o objetivo é analisar outros índices, e realizar um estudo mais aprofundado da situação da renda e desigualdades para contrapor ao IDHM divulgado pelos institutos de pesquisas e estatísticas. Realizar uma pesquisa sobre o emprego e a renda, comparando com a evolução dos recursos advindos do Estado e de empresas privadas para a ação social, comparando os indicadores de renda e emprego com índices de desenvolvimento e desigualdade social, para identificar se as camadas sociais estão cada vez mais próximas uma da outra, ou os setores deveriam repensar sobre as política públicas, para utilizar seus recursos de forma mais eficaz.

Melo (2016) defende que as organizações sociais dependem de sua própria percepção, e do Estado, para uma intervenção na sociedade, tendo um cenário de

possibilidades e impossibilidades, relata ainda que as organizações estão realizando muitas ações sociais que deveriam ser atribuições do Estado.

Juntos Estado, iniciativa privada e o terceiro setor devem solucionar ou buscar diminuir constantemente os problemas da desigualdade social, gerando oportunidades de renda e emprego para elevação da qualidade de vida dos indivíduos, e contribuir para a uma sociedade mais justa e ética.

1.1 TEMA

O papel relevante do Terceiro Setor no desenvolvimento social e como se apresenta a uma alternativa de contribuição para o poder público, na solução de promoção da diminuição da desigualdade social.

1.2 PROBLEMA

Com o aumento das organizações da sociedade civil somando-se ao aumento dos repasses de recursos e atribuições que deveriam ser do Estado e das empresas privadas, cada vez mais o terceiro setor aumenta sua responsabilidade e surge como alternativa de contribuição para o desenvolvimento social. Mas como a economia de São Bento do Sul - SC está sendo influenciada pelo terceiro setor, e quais os índices de desenvolvimento humano estão sendo analisados para referência, na decisão e alocação dos recursos destinados às organizações da sociedade civil para diminuição das desigualdades sociais e desenvolvimento regional.

O problema é, os índices demonstram uma relação do desenvolvimento social com o aumento de atuação das organizações sociais?

1.3 JUSTIFICATIVA

Este trabalho será organizado com o intuito de esclarecer a contribuição do terceiro setor para o desenvolvimento social no município. Diante de sua relevância histórica e principalmente na atualidade, as organizações sociais surgem como alternativa do poder público e do setor privado, para realização de políticas públicas e ações objetivando a diminuição da desigualdade e o desenvolvimento social.

A observação do aumento na quantidade de organizações da sociedade civil, a observação dos recursos disponibilizados pelo poder público e pela iniciativa privada devem contribuir para o desenvolvimento local, disponibilizando alternativas do estado na gestão dos recursos repassados para as organizações sociais, que devem implementar as políticas para o desenvolvimento local, para uma sociedade que depende de usufruir dos serviços prestados pelo terceiro setor.

Diante deste cenário se faz necessário a pesquisa para entender como as organizações sociais estão contribuindo como uma alternativa do primeiro setor e segundo setor, para a melhora no desenvolvimento local e diminuição das desigualdades sociais na cidade de São Bento do Sul – SC.

1.4 OBJETIVOS

Objetivo geral da pesquisa é estudar e analisar as variações e influência do terceiro setor na comunidade local e como os índices demonstram a transformação do desenvolvimento local e conseqüentemente a variação da desigualdade.

Seguindo os objetivos específicos de pesquisa dos:

- a) Descrever os Setores da Economia;
- b) Analisar como se organizam as Organizações Sociais;
- c) Compreender as oportunidades do Estado, e do setor Privado
- d) Explicitar as oportunidades para a sociedade;
- e) Pesquisar e analisar os índices de desenvolvimento humano;
- f) Pesquisar os índices de desigualdade.

1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO

Esta estrutura está relacionada com o problema da pesquisa, porque o terceiro setor é o cerne para afirmação da justificativa de que as organizações sem fins lucrativos estão influenciando no desenvolvimento social e contribuindo para a diminuição da desigualdade local, por este motivo o trabalho deve cumprir seus objetivo geral e específicos para a solução do questionamento do problema. Para isso fundamentou-se a busca através de trabalhos relacionados ao tema do terceiro setor e organizações sociais, na fundamentação teórica demonstrar como a história do desenvolvimento das organizações sociais, suas complexidades e setores sociais em que atuam, e conhecer partes da legislação e normativas que regem a relação com o Estado. No capítulo seguinte descrever a metodologia utilizada para levantamento dos dados e posteriormente relacionar estes estudos com a coleta de dados e índices de desenvolvimento social no município de São Bento do Sul com o capítulo da apresentação dos resultados, para no último capítulo dar início a discussão das informações e dados coletados para chegar a uma resposta ao problema de pesquisa e por fim chegar a uma conclusão do estudo realizado.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Serão relacionadas pesquisas relevantes ao tema do terceiro setor na economia, produções e pesquisas que contribuem para o esclarecimento da evolução das organizações da sociedade civil, suas diversas áreas de atuação e a definição do setor, demonstrando como estão presente no cotidiano da economia e no envolvimento deste setor com o setor público e o setor privado.

2.1 FORMAÇÃO DO TERCEIRO SETOR

Para Bresser Pereira (2001) o capitalismo, em sua forma mais liberal do século XIX, é constituído por empresas coordenadas pelo mercado e regulada pelo estado, diferente do capitalismo contemporâneo em que o Estado regula e coordena o mercado por meio da instituição do sistema legal da área econômica, social e do meio ambiente. Destaca ainda que com o avanço da democracia o Estado pode ser pensado como uma propriedade de todos cidadãos, como a coisa pública, mas para Bresser Pereira (2001) esse pensamento vai muito além do público estatal, a coisa pública subordinada ao estado, para o chamado de público não-estatal, que são propriedades de todos cidadãos mas não faz parte do aparelho do Estado.

O pensamento para uma definição da sociedade civil passa por uma confusão se for pensada que é organizada pelo e para o mercado, sociedade civil pode ser uma empresa, organização ou o próprio Estado, mas para Bresser Pereira (2001) sociedade civil é o povo constituído por cidadãos organizados de variadas formas, formal ou informal, ponderado para adquirir peso político onde estão inseridos.

O desenvolvimento econômico da sociedade apresenta variações em seu processo de implementação, como regimes governamentais, guerras, catástrofes climáticas, governos totalitários, populistas, militar entre outros durante sua história. Atualmente podemos distribuir e perceber a sociedade econômica dividida em três grandes grupos que são denominados de setores, chamado de primeiro setor, definido por Estado que é definido segundo Cazumba (2013):

é representado pelo Governo, também denominado de Estado ou Administração Pública, formado pela União, Estados, Distrito Federal, Municípios, Autarquias, Fundações Públicas, Empresa Públicas e Sociedades de Economia Mista. Desta forma, o Primeiro Setor é composto por entes que possuem personalidade jurídica de direito público, e são responsáveis por desempenhar funções públicas essenciais e a princípio indelegáveis aos particulares.

O segundo setor, principalmente representado pelas empresas com fins lucrativos, conhecido também pelo chamado de setor capitalista, outra definição também de Cazumba (2013) é:

também conhecido por Mercado, compreende as organizações comerciais – pessoas físicas ou jurídicas de direito privado – encarregadas da produção e comercialização de bens e serviços, tendo como objetivo a obtenção de lucros para distribuição entre sócios, acionistas e investidores. Esse grupo é representado pelas sociedades comerciais – empresas privadas – e empreendedores individuais, cujos recursos são oriundos do investimento realizado por particulares (instituidores) e da própria atividade operacional.

E o terceiro setor, que é representado por organizações que não visam ao lucro em suas operações ou a distribuição dele, mas podem de certa forma contribuir para fomento das suas comunidades conforme Veronese et al. (2017), Cazumba (2013) também define como:

que o Terceiro Setor é formado por instituições não governamentais, sendo formas de expressão da organização da sociedade civil, a partir da participação voluntária para atender os interesses públicos em diferentes áreas e segmentos, indo além da perspectiva filantrópica e de caridade, passando a atuar de forma mais técnica e profissional. Nesses casos, os beneficiários passam a ser alcançados por trabalhos diferenciados qualitativamente, abrangendo as áreas de saúde, educacional, cultural, ambiental, recreativa, defesa de direitos, dentre outras.

O terceiro setor teve seu desenvolvimento através de uma falha do primeiro e segundo setor, como Baggenstoss; Donadone (2012, pag. 116) descreve que essas falhas aceleram a desigualdade e influenciam nas “falhas de mercado” e com o avanço da tecnologia e comunicação os “impactos do avanço da globalização” acabam criando um espaço para organizações da sociedade civil suprirem as necessidades deixadas por esses dois setores, atribuindo essa falha ao Estado e ao setor privado.

Bresser Pereira (2017) relata sobre este processo de transformação ocorrida do estado liberal, de sua hegemonia capitalista, rentista e financista do século XIX

pós Segunda Guerra Mundial, iniciou-se a formação do Estado Democrático Social. Afirma ainda que foi necessário a transformação dos serviços sociais, para atendimento de toda sociedade e não somente da democracia das elites.

A reforma do aparelho do estado de acordo com Bresser Pereira (2017), é a substituição do aumento do salário, que é usado para compensar a provisão privada dos serviços, por grandes serviços de consumo coletivo para reduzir a desigualdade e aumentar a segurança dos cidadãos, Bresser Pereira (2017 pag. 153) destaca também que a reforma regencial destaca quatro pontos essenciais na gestão pública:

(1) torna os gerentes dos serviços responsáveis por resultados, ao invés de obrigados a seguir regulamentos rígidos; (2) premia os servidores por bons resultados e os pune pelos maus; (3) realiza serviços que envolvem poder de Estado por meio de agências executivas e reguladoras; e — o que é mais importante — (4) mantém gratuitos os grandes serviços de consumo coletivo, mas transfere sua oferta para organizações sociais, ou seja, para provedores públicos não estatais que recebem recursos do Estado e são controlados por meio de contrato de gestão. Através dessas quatro características — principalmente da última — o poder público garante os direitos sociais, mas transfere sua provisão ou oferta para organizações quase-estatais que são as organizações sociais.

Essas falhas ocasionaram o surgimento de uma infinidade de organizações no terceiro setor com objetivos distintos, mas para Melo (2016) as formas com que as instituições são inseridas no terceiro setor dependem de uma percepção como essa organização estabelece a intervenção estatal na sociedade, influenciando de como essa organização se vê no espaço inserido, percepção própria e do Estado, tendo um cenário de possibilidades e impossibilidades de reconhecimento. Melo (2016) também faz uma crítica da manutenção dessas entidades sociais, se em muitas das organizações o trabalho executado não deveria ser do Estado.

De acordo com Sousa (2014) a crise dos anos 70 e a transformação da economia mundial foi favorecida pelo neoliberalismo rompendo com o modelo de desenvolvimento fordista e o Estado intervencionista, tendo como consequência o aumento das mazelas em que levam o indivíduo a exclusão, desemprego e pobreza são consequências dessas transformações. Complementa também e seu estudo que a economia solidária, interveio “como uma resposta inovadora a incapacidade conjunta do mercado e do Estado em assegurar proteção social e pleno emprego”, é como um suporte para a economia nos últimos séculos.

Baggenstoss e Donadone (2012) informam que a necessidade do estado em subsidiar suas benfeitorias sociais, direcionando parte de estratégias de gestão públicas e políticas sociais, para entidades privadas sem fins lucrativos principalmente no início das privatizações no Estado nacional no governo de Collor e o programa PND (Programa Nacional de Desestatização). Neste mesmo contexto escrevem que a *publicização*, terminologia capitalista utilizada na época do programa, identifica a transferência do papel do estado para as iniciativas privadas, objetivando colocar a gestão do estado apenas responsável pela saúde, educação e segurança.

Assim a transformação das organizações sociais em um processo de profissionalização, que começaram a partir dos anos 90, sabendo que os recursos que eram destinados a América Latina começaram a ser aplicados em outras regiões do globo como descreve Melo (2015) apud Medeiros; Machado (2017) e ainda relata que a partir desta época o governo começa a observar as Organizações não Governamentais (ONGs) como potenciais parceiras. Em 1999 no governo de Fernando Henrique Cardoso foi criado o Programa Comunidade Solidária, com o objetivo de melhorar a estratégia de políticas públicas do governo para diminuição da miséria e pobreza no país, diante disto afirma Medeiros; Machado (2017) que iniciou-se o relacionamento dos atores entre sociedade civil e estatais, aprovando termos dessa parceria no mesmo ano, determinando que as organizações sociais deveriam adotar o perfil legal de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.

Segundo Santos (2003), a partir do final da década de 80 e do início da década de 90 também se tornou comum no Brasil, especialmente entre os teóricos da Reforma do Estado, a expressão terceiro setor para designar o conjunto de entidades da sociedade civil de fins públicos e sem objetivo de lucro.

Para Menezes (2010) esses mesmos anos do governo de Fernando Henrique Cardoso foi estabelecido uma política de prática focalista e precária no enfrentamento das questões sociais, que passou a ser fomentado por parcerias ao invés do estado prover sua participação no social, com isso o governo conta com o terceiro setor, devido a sua capacidade de articulação, para intervenção na questão social e divulgação do programa de governo chamado Comunidade Solidária.

Menezes (2010) afirma que esta aproximação do terceiro setor pelo governo é na intenção de transferência da responsabilidade social que seria atribuição do

Estado Brasileiro para a iniciativa privada, dando legitimidade a essas transferências de demandas sociais por ser financiado pelo Estado e ou empresas privadas do segundo setor. Neste mesmo momento Menezes (2010) destaca que essas transferências de responsabilidades do governo para o terceiro setor demonstra a ineficiência do mesmo em atender todas as expectativas das comunidades, principalmente as imprescindíveis, com isso Baggenstoss e Donadone (2012) relata que transferindo essas responsabilidades para as organizações sociais, há de certa forma uma ingerência qualificada do terceiro setor na eficácia da aplicação de recursos naqueles anos.

Organizações sociais voltadas para cultura e propósito de gerar valor social, com redução de políticas públicas diretas do governo, e o aumento da necessidade de busca de recursos, criou um ambiente favorável ao empreendedorismo social segundo o estudo de Baggenstoss e Donadone (2012), destaca ainda que:

Enquanto o mercado procura profissionais com perfil empreendedor para maximizar o lucro, reduzir custo e aperfeiçoar produção, a sociedade evidencia carência de profissionais para maximizar a abrangência das ações sociais, reduzir custo de atuação e otimizar a mudança social. Contudo, uma discussão pode consistir na necessidade de a sociedade ser consequência da ação capitalista, e a solução viria de suas próprias ferramentas, como o espírito empreendedor.

Baggenstoss e Donadone (2012) ressaltam ainda que a transferência de atividade meio do estado para as organizações sociais de direito privado sem fins lucrativos acaba sendo muito interessante para o Estado, que acaba sendo favorável a essas parcerias, que contribuem para o auxílio do controle fiscal e transparência devido a lei da Responsabilidade fiscal.

Para Medeiros e Machado (2017), diante de tantas normas novas que são aprovadas na legislação nesses últimos anos, e também sendo interpretadas de formas contraditórias para a remuneração dos agentes ou equipes que trabalham nas organizações sociais, há uma certa caracterização de improbidade por parte da sociedade, mas com a mudança da legislação e a aprovação do Marco Regulatório das Organizações das Sociedades Civas (MROSC), o processo de remuneração além ser mais claro quanto a legislação, pode estabelecer novos níveis de profissionalização da mão de obra, melhorando o entendimento da remuneração dos seus colaboradores e funcionários.

Com o Marco Regulatório das Organizações das Sociedades Civas as organizações conseguiram de certa forma regularizar as remunerações que antes

eram distorcidas de acordo com Medeiros e Machado (2017), melhorando ainda as comprovações dos recursos utilizados, agora dependem do andamento do projeto e não a comprovação burocrática que existia antes do marco.

O empreendedorismo social é uma das oportunidades para o desenvolvimento local que é atribuído ao terceiro setor como descreve Baggenstoss e Donadone (2012), seria uma das direções para geração de riqueza e impacto para o terceiro setor relacionado a missão social, criando assim um valor social, destaca ainda que:

Independentemente dos resultados desejados, permanece a missão social, e o social traz embutido a questão coletiva, sem direcionamentos para um indivíduo ou objetivo exclusivo e, conseqüentemente, sem determinados valores capazes de serem expressos em medidas de desempenho preestabelecidas.

Há uma grande variedade de empreendimentos sociais que podem solucionar os problemas de economia e trabalho na sociedade atual, como demonstra Gaiger (2015) em seu trabalho sobre a economia solidária, sobre “o cooperativismo social funciona como um fator de racionalização econômica”, citado também como Empreendimento Econômico Solidário, quer dizer que a economia solidária se estabelece, há uma conscientização dos indivíduos nelas inseridos de que o empreendimento está a favor deles, e não a favor do lucro, complementa ainda que essa economia “produz efeitos tangíveis e vantagens reais” como a “distribuição do poder, do trabalho e da renda”, observando uma clara diferença entre o terceiro setor do segundo setor, sabendo-se que o lucro prevalece sobre o bem estar social.

Anterior a década de 90, Melo (2016) ressalta que havia pouca cultura de administração estratégica nas organizações do terceiro setor, mas ao longo dos governos e décadas, para criar credibilidade ao setor, foi necessário criar organizações com processo mais profissionais, criando sistemas de controle e qualidade dos serviços prestados com credibilidade na relação com seus stakeholders.

O campo social pode ser muito vasto e complexo, segundo Medeiros e Machado (2017) no Brasil são comumente chamadas de Organizações Não Governamentais (ONGs) as organizações sociais sem fins lucrativos, existem inúmeras organizações em diversos setores da economia, e destacam que nos anos de 70 e 80 as organizações estavam em dois momentos, uma relacionada aos

chamados movimentos sociais com reivindicações por políticas públicas de consumo coletivo, outro relacionado mais com os movimentos das organizações não governamentais (ONGs) com apoio de recursos financeiros e técnicos internacionais, principalmente recursos vindos do hemisfério norte que fundaram-se para apoio aos movimentos sociais na América Latina. Medeiros e Machado (2017, pag. 28) cita ainda que enquanto o Regime militar esteve no poder no Brasil, as organizações sociais diante daquele momento, aproximaram-se aos grupos de esquerdas não governamentais, movimentando-se também para reconhecer o papel de “uma nova ordem democrática no país”.

Mas as organizações sociais no período da ditadura passaram por um dilema, demonstrar transparência dos recursos empregados em suas ações, recursos quer seja do governo ou do mercado, que para Medeiros e Machado (2017, pag. 25) nos dois lados sempre há atores políticos que se posicionem a favor ou contra, pois “recursos públicos provocam controvérsias”, principalmente no que tange a transparência e controle.”

Destaca-se no terceiro setor também os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), que ganharam força e reconhecimento a partir dos anos 90, muito embora como afirma Veronese et al. (2017) esses empreendimentos não fazem parte nem do terceiro setor nem do cooperativismo tradicional, e sim são organizações locais, descrevendo que o objetivo principal dessas organizações ou associações sem fins lucrativos é a geração do bem estar social e a sobrevivência digna de seus associados. Assim essas organizações são formadas por um grupo de indivíduos em suas comunidades que integram uma economia com ganhos locais, principalmente formados por quilombolas, associação de pescadores artesanais, indígenas e ribeirinhas, alguns exemplos como afirma Veronese et al. (2017). Desde o início da colonização no Brasil, com entidades de cunho religioso, tem-se o início o embrião do terceiro setor, Gomes e Portes (2012) citam que sua evolução e reconhecimento pelo estado inicia-se a partir dos anos 30 mas não ainda de forma eficaz como aconteceu a partir da Constituição de 88 e o governo de Fernando Henrique Cardoso, quando iniciaram a regulamentação das chamadas organizações sociais civis, chegando a uma normatização para as Organizações da Sociedade Civil (OSCIP), mas afirmam que mesmo com a legislação estabelecida, as organizações necessitam se adequar, melhorando constantemente as burocracias fiscais, para não dificultar a efetividade das ações desempenhas por

essa parceria.

Um dado importante para o desenvolvimento social e relatado por Stephen (2020), que no Brasil o terceiro setor possui mais de doze milhões de pessoas, entre gestores, voluntários, doadores e beneficiados de entidades, além dos quarenta e cinco milhões de jovens que vem como missão ajudar as organizações sociais. Uma pesquisa feita por Stephen (2020) revelou que das quatrocentas maiores entidades do Brasil no ano de dois mil, o dispêndio social das quatrocentas entidades foi de mais de um bilhão novecentos e setenta mil reais, ao todo elas possuem oitenta e seis mil oitocentos e noventa e quatro funcionários e mais de quatrocentos mil voluntários

3 METODOLOGIA

A intenção da pesquisa é analisar se o terceiro setor está contribuindo para o desenvolvimento social no município de São Bento do Sul – SC e segundo Zanella (2013) a forma de analisar um problema da realidade e posteriormente de alguma forma solucionar o problema, pode ser considerada uma pesquisa científica aplicada.

O estudo principal, primeiramente desenvolveu-se através de uma pesquisa descritiva, que procura conhecer a realidade estudada, suas características e seus problemas de acordo com Zanella (2013), e através de trabalhos acadêmicos, livros e sites, que foram realizados divulgações nos últimos anos, realizou-se uma pesquisa bibliográfica documental sobre fontes de dados secundários, para entender o que foi descrito os setores da nossa economia, assim como as diferenças entre esses setores e uma breve demonstração de seu desenvolvimento.

A delimitação do espaço do tempo da pesquisa está relacionada as coletas de dados disponíveis em maior escala, do ano de 2000 a 2018, assim podemos afirmar que as informações necessárias podem ser encontradas com maior facilidade.

A pesquisa delimita-se em âmbito municipal, na cidade de São Bento do Sul, no estado de Santa Catarina, em função de ser uma das cidades com um índice de Desenvolvimento Humano (IDH) alto, observar este índice que é composto por três indicadores sociais pode estabelecer uma relação da evolução da qualidade de vida do indivíduo com o número de organizações sociais, mas ao mesmo tempo observar a mudança do índice GINI (renda) aponta se a diferença de remuneração entre as camadas da sociedade, estabelecendo assim uma pesquisa explicativa, também, que de acordo com Zanella (2013 pag. 34) “podem ser centrada em preocupações de identificar fatores determinantes ou de contribuições para desencadeamento dos fenômenos”.

O método e a forma se classifica como uma pesquisa qualitativa pois os procedimentos utilizados para coleta de dados se dará através de uma pesquisa do município nos sites do governo federal, estadual e municipal também em institutos de pesquisas e de organizações sociais, obtendo dados sobre o aumento ou não do

volume de recursos financeiros utilizados, por números de organizações sociais, comparado com o números de população ocupada nesses períodos.

Os dados analisados serão comparados entre os anos de 2000 a 2018 com índices de desenvolvimento humano e o índice GINI, para ver a sua variação em relação aos números de Organizações, de empregados e o montante de recursos distribuídos ao longo dos anos.

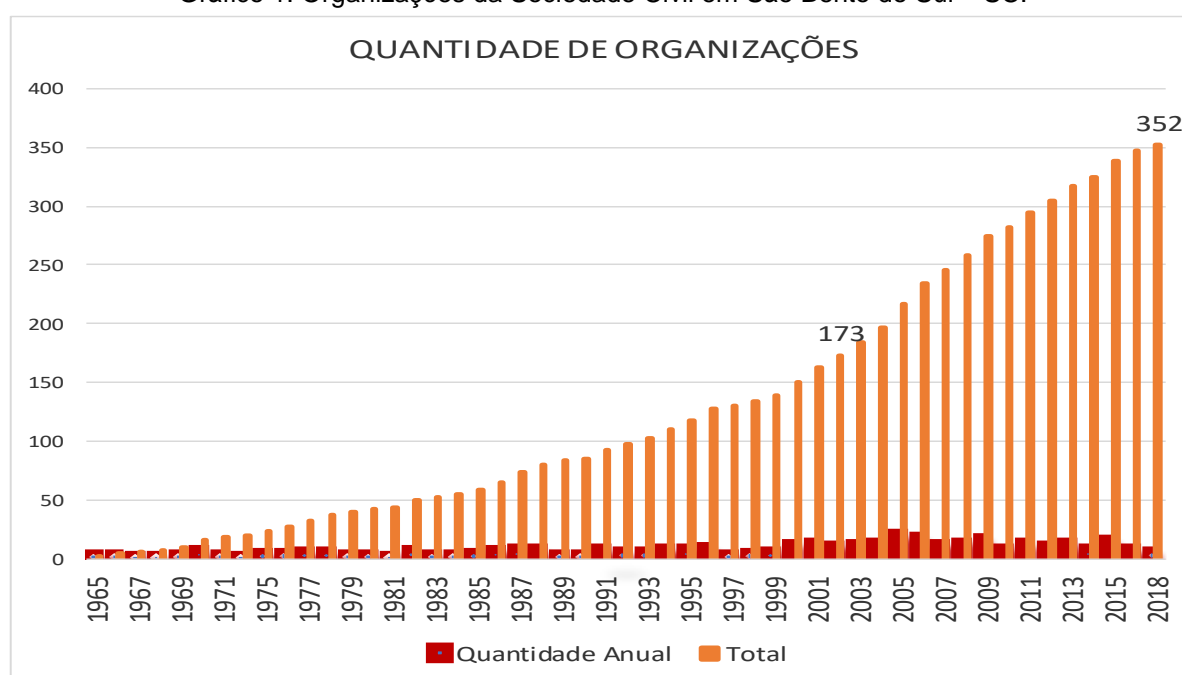
Também será investigado os recursos recebidos pelas organizações sociais através de repasses federais, estaduais e municipais através do portal da transparência, e comparado com os níveis de empregos e renda, através dos anos, dos trabalhadores das organizações.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

São Bento do Sul é um município situado ao norte de Santa Catarina, na microrregião do Alto Vale do Rio Negro, com uma população de 75.520 habitantes, em um território de 496km², segundo dados do IBGE (2012). O município conta com 99% dos domicílios abastecidos com água e energia elétrica, uma população de 45,5% economicamente ativa e uma expectativa de vida de 75,9 anos.

As primeiras organizações sociais no município de acordo com o site Mapa das Organizações da Sociedade Civil (2018), a primeira instituição social surgiu no ano de 1965, chegando em 2018 a ter 352 organizações sociais inscritas no site, mas muitas dessas organizações ou associações não são de cunho social, ou que refletem os objetivos das organizações sociais da sociedade civil, pois entre elas estão associações que não serão contempladas para efeito desta pesquisa. Ainda de acordo com o Mapa das Organizações da Sociedade Civil houve uma evolução maior a partir do ano 2000 dessas instituições, quanto havia no município 150 organizações, e em dezoito anos esse número aumentou, chegando a ter mais de 352 organizações inscritas até o final do ano de 2018, conforme demonstrado no gráfico 1 sobre organizações sociais no município.

Gráfico 1: Organizações da Sociedade Civil em São Bento do Sul – SC.



Fonte: Mapa das Organizações da Sociedade Civil (2020).

Essas mesmas organizações receberam transferências do governo federal entre os anos de 2010 a 2018 um montante de recursos no valor de R\$ 3.568.813,24, distribuídos pelo município entre as 352 organizações, beneficiando 31 projetos, e um total de 741 trabalhadores durante esses anos. Ainda de acordo com os dados do Mapa das Organizações da Sociedade Civil, o município é o 329º em relação a quantidade de OSCs no âmbito nacional, a cidade de São Paulo SP possui um total de 47044 organizações e a cidade de Nova Castilho SP existe apenas uma OSCs.

Tabela 1: São Bento do Sul - SC

Número de OSCs por natureza jurídica	
Natureza Jurídica	Quantidade OSC
Organização Religiosa	36
Organização Social	1
Fundação Privada	11
Associação Privada	304

Fonte: CNPJ/SRF/MF 2016, CNPJ/SRF/MF 2018, RAIS/MTE, OSCIP/MJ.

Na tabela 1 podemos observar suas composições de acordo com a natureza jurídica de cada OSC, entre elas estão igrejas, fundações privadas e associações, em sua maioria são as associações de pais e mestres como referência das instituições privadas sem fins lucrativos, atuando diretamente no desenvolvimento da qualidade na educação.

Gráfico 2: Recursos para OSCs em São Bento do Sul – SC.



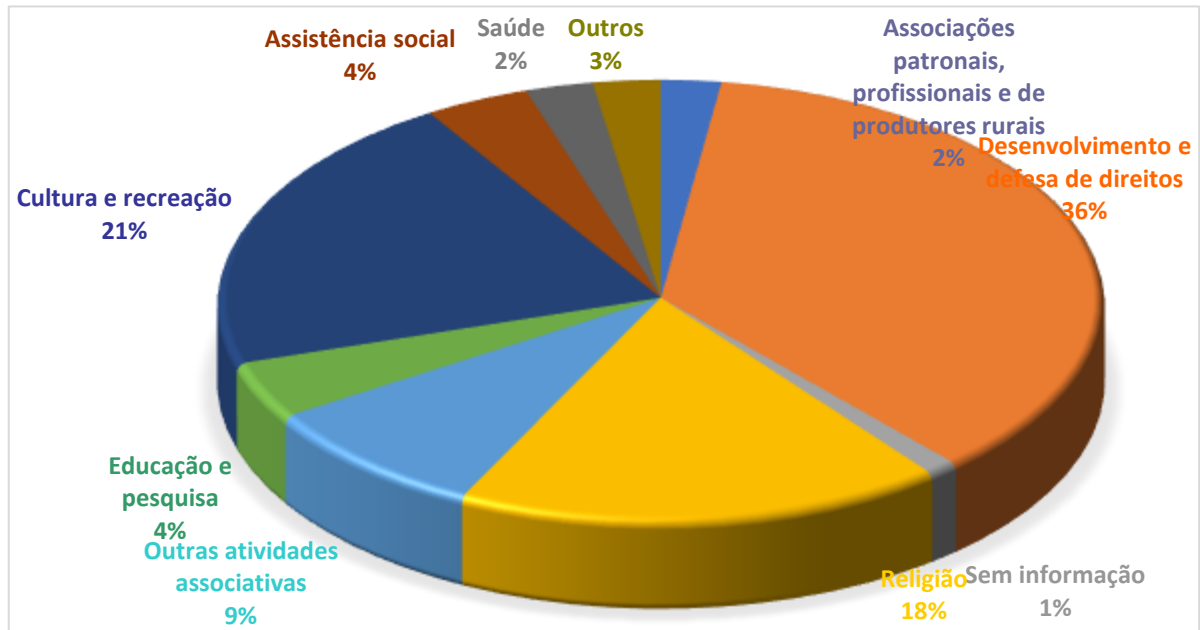
Fonte: Mapa das Organizações da Sociedade Civil (2020)

São Bento do Sul - SC está em 716º lugar dos 5570 municípios nacionais em relação aos repasses de recursos para OSCs, como demonstra o gráfico 2, com média de R\$ 289.890,23 por ano, a média nacional por município de repasse de recursos é de R\$ 11.086.239,51. Além dos repasses federais, a categoria de recursos mais declarada foi Recursos públicos com 36.26% do total, não foi inserido nesta pesquisa os recursos repassados as organizações sociais de forma voluntário ou de contribuição.

O gráfico 3 demonstra a composição das organizações de acordo com sua área de atuação no município, com destaque para as organizações do desenvolvimento e defesa dos direitos com 36,21%, organizações como a APAE que prestam serviços especializados na educação de crianças e adultos excepcionais, também o CERENE, CRAS e também as associações de pais e mestres, a média nacional para essa área de atuação e de 33,93%.

As organizações de cultura e recreação estão com 21% em segundo lugar, o município contempla muitas associações recreativas de empresas e grandes clubes de recreação. Na cidade também podemos observar as instituições religiosas com 18% das organizações sociais que prestam serviços comunitários.

Gráfico 3: Distribuição dos tipos de organizações em São Bento do Sul -SC.



Fonte: Mapa das Organizações da Sociedade Civil (2020)

De acordo com a Secretaria de assistência social do município, grande parte dessas instituições, em todas as áreas, ou estão desativadas ou com suas atividades paradas por diversos motivos.

De acordo com o mapa das organizações da sociedade civil o município de São Bento do Sul - SC de acordo com a tabela 2, foram identificados 728 Vínculos formais de emprego somando todas as áreas de atuação dessas instituições e além desses, as OSCS declararam não existir trabalhadores voluntários e contam com 13 vínculos formais de emprego de pessoas com deficiência.

Gráfico 4 : Vínculos Empregatícios nas OSCs em São Bento do Sul – SC.

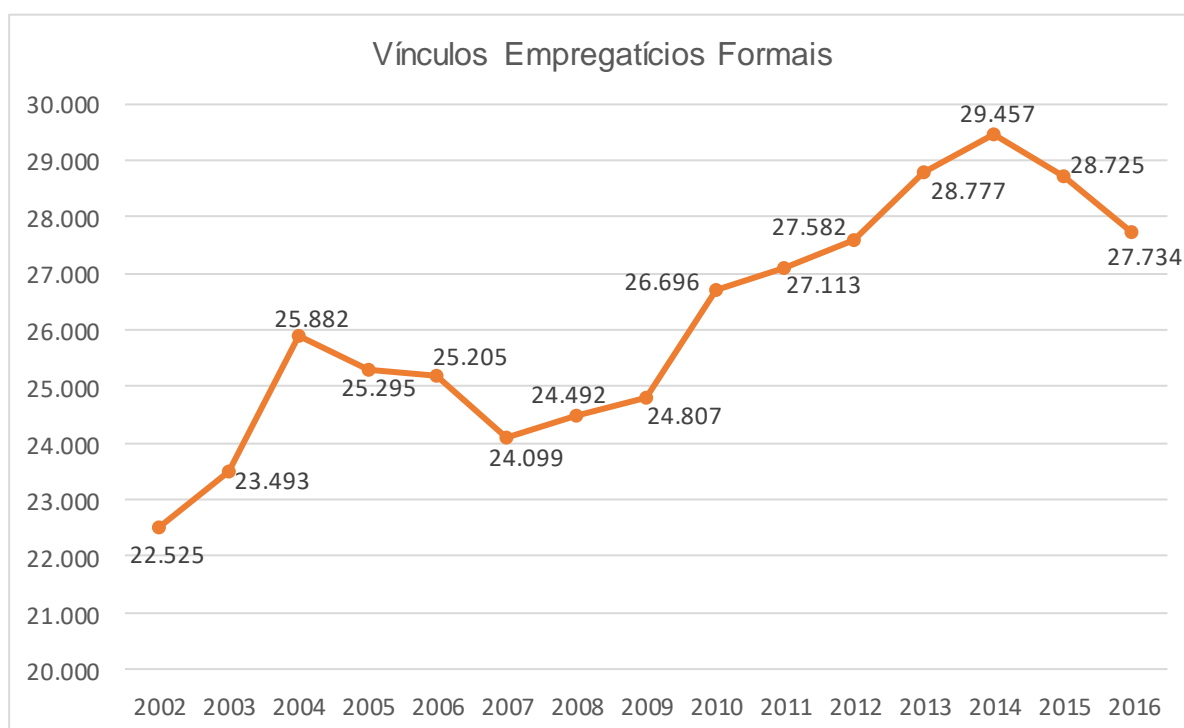


Fonte: Elaborado pelo autor

Outros dados do município apontam para uma evolução dos índices de empregos formais como o gráfico 4, que representa esse número do ano de 2002 até o ano de 2016.

O gráfico 5 também apresenta a diferença visualmente da queda dos empregos com vínculos formais de todos setores no município, assim podemos realizar uma observação e uma comparação com o gráfico dos empregos em organizações sociais sem fins lucrativos, que a queda desses empregos com vínculos é bem menor que a queda da iniciativa privada em tempos de crise econômica.

Gráfico 5: Trabalhos formais em São Bento do Sul - SC



Fonte: Atlas Brasil (2020)

De acordo com Atlas Brasil 2020, demonstrado na tabela 03, a renda per capita média de São Bento do Sul que é a somatória de todas os indivíduos residentes em domicílios particulares permanentes cresceu 108,71%.

Tabela 2: Valorização da Renda Per capita

	1991	2000	2010
Renda per capita São Bento do Sul	442,37	635,17	923,29

Renda per capita Brasil	450,88	605,61	800,84
-------------------------	--------	--------	--------

Fonte: Atlas Brasil (2020)

Mas comparando a renda per capita com o índice de salário mínimo médio mensal, podemos observar a queda na renda dos indivíduos, esta informação é relevante para a condução da pesquisa, segundo o próprio site ATLAS BRASIL, Demonstra que com o aumento da renda a porcentagem de indivíduos extremamente pobre no município caiu de 2,48% para 0,71%, também houve uma diminuição das porcentagens de indivíduos considerados pobres, contrapondo ao coeficiente GINI sobre a renda dos indivíduos.

Gráfico 6: Média do Salário Mínimo em São Bento do Sul – SC.



Fonte: IBGE Cidades (2020)

Em contrapartida conforme gráfico 7, salários e outras remunerações, de acordo com o IBGE Cidades tem uma aumento mais que %%%, em pouco mais de dez anos a remuneração média de R\$ 312.121,00 (correção pelo IGP-M (FGV) R\$ 636.946,23, seriam em dezembro de 2018) alcançando o valor de R\$ 823.379,00, contrapondo e aumentando a diferença entre o salário mínimo médio mensal dessas remunerações, podendo ser uma das causas do porquê o coeficiente GINI aumentou, conforme demonstrado no gráfico 8.

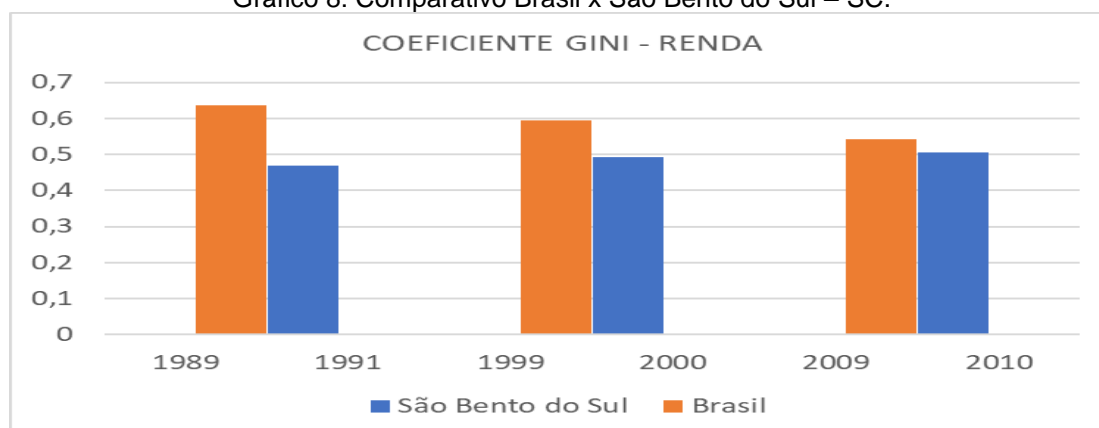
Gráfico 7: Salário e outras Remunerações em São Bento do Sul – SC. (mil/ reais)



Fonte: IBGE CIDADES (2020)

O índice GINI apresenta o grau de concentração de renda, apontando a diferença entre os rendimentos dos mais ricos e dos mais pobres, esse índice varia de 0 a 1, sendo o zero a demonstração de total igualdade entre as rendas do município, quer informar que os rendimentos são todos iguais e o um a total desigualdade, quer informar que naquele município somente um indivíduo detém toda a renda daquele lugar. No gráfico 7 podemos observar os números de São Bento do Sul, foi identificado o aumento da desigualdade de rendas, por mais que os esforços do Estado e das organizações sejam para diminuir os índices de desigualdade social e desenvolvimento humano, o município parece estar na contramão desses objetivos.

Gráfico 8: Comparativo Brasil x São Bento do Sul – SC.



Fonte: Desenvolvido pelo autor

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) - São Bento do Sul é 0,782, em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Alto

(IDHM entre 0,700 e 0,799). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,871, seguida de Renda, com índice de 0,763, e de Educação, com índice de 0,719.

Tabela 3: Índice de Desenvolvimento Humano

IDHM e seus componentes - Município - São Bento do Sul - SC			
IDHM e componentes	1991	2000	2010
IDHM	0,564	0,679	0,782
IDHM Educação	0,352	0,529	0,719
% de 18 anos ou mais com fundamental completo	28,07	42,82	63,39
% de 5 a 6 anos na escola	39,75	67,04	91,16
% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental REGULAR SERIADO ou com fundamental completo	60,35	77,2	89,04
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	35,36	57,83	67,74
% de 18 a 20 anos com médio completo	21,98	33,03	58,58
IDHM Longevidade	0,791	0,843	0,871
Esperança de vida ao nascer	72,46	75,57	77,25
IDHM Renda	0,645	0,703	0,763
Renda per capita	442,37	635,17	923,29

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

O IDMS (Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável), desenvolvido e apurado pela CNM (Confederação Nacional dos Municípios) é uma ferramenta para a aplicação do conceito de desenvolvimento municipal sustentável construído a partir de uma série de indicadores considerados fundamentais para diagnosticar o grau de desenvolvimento de um território, desenvolvida por metodologia própria de parâmetros, a representação se compara ao coeficiente GINI, que quanto mais próximo de 1 os dados indicam uma situação de sustentabilidade ideal, enquanto que mais próximo de 0 pior os indicadores de sustentabilidade. Os dados obtidos pela (Federação Catarinense dos Municípios) FECAM, configura-se como uma ferramenta de apoio aos gestores públicos para serem capaz de evidenciar as prioridades municipais e regionais e situar as municipalidades em relação a um cenário futuro desejável.

A FECAM defende ainda que a sustentabilidade esta passando por um processo de transformação de um modelo baseado no crescimento econômico, para um modelo de desenvolvimento com abordagem mais ampla, envolvendo uma

capacidade de analisar relações interdependentes das diversas formas da dimensão social, como o desenvolvimento equilibrado das dimensões Social, Cultural, Ambiental, Econômica e Político-institucional.

Tabela 4: Índice de desenvolvimento do município de São Bento do Sul – SC.

	2012	2014	2016	2018															
<table border="1"> <tr> <td>Alto</td> <td>0,875</td> <td>1,000</td> </tr> <tr> <td>Médio Alto</td> <td>0,750</td> <td>0,874</td> </tr> <tr> <td>Médio</td> <td>0,625</td> <td>0,749</td> </tr> <tr> <td>Médio Baixo</td> <td>0,500</td> <td>0,624</td> </tr> <tr> <td>Baixo</td> <td>0,000</td> <td>0,499</td> </tr> </table>	Alto	0,875	1,000	Médio Alto	0,750	0,874	Médio	0,625	0,749	Médio Baixo	0,500	0,624	Baixo	0,000	0,499	<p>0,672</p>	<p>0,667</p>	<p>0,666</p>	<p>0,646</p>
Alto	0,875	1,000																	
Médio Alto	0,750	0,874																	
Médio	0,625	0,749																	
Médio Baixo	0,500	0,624																	
Baixo	0,000	0,499																	
Sociocultural	0,742	0,774	0,795	0,781															
Econômica	0,630	0,608	0,610	0,576															
Ambiental	0,642	0,642	0,642	0,642															
Político Institucional	0,671	0,643	0,618	0,586															

Fonte: FECAM (2020)

Neste cenário apresentado pelos dados do IDMS na tabela 04, de índice de desenvolvimento do município de São Bento do Sul, a análise bianual de 2012 até 2018 demonstram um sinal de alerta para os gestores públicos do município, da queda pequena mas significativa do indicador principal, observando que só não foi maior porque há uma significativa melhora no índice da dimensão sociocultural, indicador que engloba os dados coletados da Educação, da Saúde, da Cultura e da habitação para a análise, com grande destaque na melhora no índice da educação e da habitação. No indicador da economia, relevante para o desenvolvimento social, que agrega variáveis de dinamismo econômico, agregação de valor econômico e nível de renda, percebe-se uma queda preocupante para os setores, de acordo com os dados levantados a maior queda desses anos foi no item dinamismo econômico, com a queda da evolução dos estabelecimentos comerciais, com isso a remuneração média dos trabalhadores também foi afetada contribuindo para a queda.

De acordo com este índice, o desenvolvimento sustentável do município, pode estar relacionado com o desenvolvimento social. Para análise será levado em consideração somente os índices sociocultural e econômico, que tem relevante relação com as organizações da sociedade civil. Considerando a média dos dois indicadores temos uma percepção de melhoria. O aumento do número de organizações sociais no município e os recursos disponibilizados para

desenvolvimento de ações do terceiro setor indicam a contribuição para o aumento nesses indicadores.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do início do que chamamos hoje de terceiro setor eram apenas entidades na sua maioria religiosas com atendimento aos mais necessitados, no Brasil chegaram com as instituições da época do descobrimento. O terceiro setor pode ser considerado um braço do Estado, do setor privado e até da sociedade em si, pois a carências e necessidades de um ambiente social mais justo acabam transformando parte deste, em um sentimento de culpa de uma sociedade, por este motivo o trabalho levantou dados sobre as organizações sociais do município para comparar com os índices de desenvolvimento e quer demonstrar envolvimento do terceiro setor e a sua colaboração.

Juntos Estado, iniciativa privada e as organizações sociais devem estabelecer métricas para a solução dos problemas da sociedade, gerar oportunidades para elevação da qualidade de vida dos indivíduos, diminuindo a desigualdade. No entanto esta pesquisa demonstra que apesar dos índices de desenvolvimento evoluírem de forma significativa devido principalmente ao aumento das condições dos índices de educação, há uma certa preocupação do desenvolvimento local, e a confirmação de que o terceiro setor está realmente contribuindo para elevação do desenvolvimento social, pois como afirma Carrion (2000) o trabalho realizado pelo terceiro setor deveria contribuir para o desenvolvimento da cidadania. Mas de acordo com estudos dos dados da FECAM comprovadamente a educação tem sido uma das prioridades dos gestores públicos locais, o que contribui para o IDHM Educação ser um índice elevado, mas excluindo-se a educação, ainda de acordo com a FECAM a economia vem tendo uma queda no rendimento do PIB e contribuindo para desigualdade social e elevação para o coeficiente GINI sobre a renda dos indivíduos do município.

Portanto a pesquisa revela que mesmo com o aumento do número de organizações sociais da sociedade civil, o aumento da regularização dessas instituições com o Estado, e os repasses de recursos, há uma confirmação negativa pelos dados apresentados, de que o desigualdade aumentou e o desenvolvimento da economia diminuiu, em contrapartida temos os números a favor do desenvolvimento humano demonstram um reação do envolvimento social das organizações.

Mas a pesquisa observou um aumento significativo no índice de desenvolvimento educacional o que pode futuramente elevar outros índices nos próximos anos, se esse for o objetivo do terceiro setor, as pesquisas confirmam que estão sendo cumpridos, mas no que tange ao reconhecimento para desenvolvimento econômico local os gestores públicos municipais, como principal financiador do desenvolvimento local, juntamente com o terceiro setor devera reavaliar suas ações. Neste sentido fica a sugestão para que nos próximos anos seja feita uma nova verificação dos indicadores apresentados, para comprovar se os esforços nos índices da educação conseguiram resolver também o desenvolvimento de outros índices municipais, aumentando o desenvolvimento regional e fortalecendo a economia local.

REFERÊNCIAS

ATLAS BRASIL, **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**, São Bento do Sul, SC. 2020. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/s%C3%A3o%20bento%20do%20sul_sc#re_nda>. Acesso em: 30 jul. 2020.

BAGGENSTOSS, S.; DONADONE, J. C. Empreendedorismo Social: Reflexões Acerca Do Papel Das Organizações E Do Estado. **Gestão e Sociedade**, v. 7, n. 16, p. 112, 2012.

BRESSER PEREIRA, L. C. Reforma gerencial e legitimação do estado social. **Revista de Administracao Publica**, v. 51, n. 1, p. 147–156, 2017.

_____. Texto para discussão - ESTADO, APARELHO DO ESTADO E SOCIEDADE CIVIL. , p. 1–23, 2001.

CARRION, R. M. Organizações privadas sem fins lucrativos: a participação do mercado no terceiro setor. **Tempo Social**, v. 12, n. 2, p. 237–255, 2000.

FECAM, Federação Catarinense de Municípios, **Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Municipal Sustentável**, 2020. Disponível em: <<https://indicadores.fecam.org.br/indice/serie-historica/ano/2018/codMunicipio/236/codIndicador/2297>> Acesso em: 5 ago. 2020.

GAIGER, L. I. A economia solidária na contramarcha da pobreza. **Sociologia, Problemas e Praticas**, v. 79, p. 43–63, 2015.

GOMES, M. F.; PORTES, D. D. Administração pública e terceiro setor. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**, v. 10, n. 2, p. 136–139, 2012.

IBGE CIDADES. Panorama São Bento do Sul, 2020. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/sao-bento-do-sul/panorama>> Acesso em: 03 ago. 2020.

Mapa das Organizações da Sociedade Civil. São Bento do Sul. 2020. Disponível em: <<https://mapaosc.ipea.gov.br/analise-perfil.html?localidade=4215802>>. Acesso em: 25 jul. 2020.

MEDEIROS, R. D. S.; MACHADO, N. F. O Novo Marco Regulatório Das Organizações Da Sociedade Civil E Uma Nova Agenda De Pesquisa Sobre As Relações Entre Os Órgãos De Controle, As Organizações Da Sociedade Civil E Os Gestores Públicos. **Revista De Ciências Sociais - Política & Trabalho**, v. 1, n. 46, p. 23–47, 2017.

MELO, M. F. DE. ONGS e relações institucionais: primeiro, segundo e terceiro setores. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 52, n. 1, 2016.

MENEZES, F. C. DE. O Serviço Social e a “responsabilidade social das empresas”:

o debate da categoria profissional na Revista Serviço Social & Sociedade e nos CBAS. **Serviço Social & Sociedade**, , n. 103, p. 503–531, 2010.

SOUSA, M. T. DE. A economia social como setor empregador nos distritos de Viseu e da Guarda. **Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, v. 27, p. 89–109, 2014.

VERONESE, M. V.; GAIGER, L. I.; FERRARINI, A. V. Sobre a Diversidade De Formatos E Atores Sociais No Campo Da Economia Solidária. **Caderno CRH**, v. 30, n. 79, p. 89–104, 2017.

ZANELLA, L. C. H. Metodologia de Pesquisa 2013 2ª edição reimpressa. **Departamento de Ciências da Administração/ UFSC**, 2013. Disponível em: < http://arquivos.eadadm.ufsc.br/EaDADM/UAB_2014_2/Modulo_1/Metodologia/material_didatico/Livro texto Metodologia da Pesquisa.pdf >.